



Diretório Nacional fecha questão e confirma o apoio às reformas



Fotos: Etna Figueira/ABr

RESOLUÇÃO AUTORIZA AS BANCADAS DO PARTIDO NO CONGRESSO A DISCUTIR EVENTUAIS MUDANÇAS NAS PROPOSTAS

O presidente nacional do PT, José Genoíno, afirmou, ao final dos trabalhos do Diretório Nacional nos últimos dias 12 e 13, que a resolução aprovada é clara a respeito do apoio do partido à “espinha dorsal” da reforma da Previdência. Durante a reunião, realizada em São Paulo, também foi confirmado o fechamento de questão em favor da aprovação das medidas.

As propostas do PT para a Previdência incluem um sistema universal público, com piso e teto definidos, e previdência complementar fechada para os servidores públicos, além da cobrança solidária dos servidores públicos inativos e pensionistas. Pela primeira vez o partido manifestou-se sobre este último tema. Em relação à reforma tributária, houve consenso, relatou o dirigente petista.

O DN também autorizou as bancadas no Congresso a discutir eventuais mudanças nas propostas, desde que a essência das reformas seja mantida. O presidente do PT deixou claro que, ao propor um sistema universal, a possibilidade de aposentadoria integral para os novos servidores está descartada.

“O partido fecha questão na proposta essencial da reforma da Previdência, mas delega à bancada a negociação de temas específicos, como a questão da integralidade da aposentadoria dos atuais servidores”, disse Genoíno. O mesmo vale para a reforma tributária.

Diálogo positivo

“O Diretório Nacional analisou mais de 50 emendas”, disse Genoíno. O texto-base sobre os seis meses do governo Lula havia sido aprovado no sábado, com 56 votos, e o documento sobre as reformas, com 52 votos. Os dois foram consolidados em um só texto. “As emendas melhoraram a resolução anterior”, destacou ele, comentando que as modificações incorporaram sugestões das várias tendências internas do partido. “Foi um encontro muito bom, com clima de diálogo muito positivo”, continuou Genoíno.

De acordo com ele, a resolução aprovada pelo DN é consistente na análise dos seis meses do governo Lula, considerando positivo o desempenho, e na apresentação de uma agenda que coloca o crescimento econômico como meta, assim como os programas sociais e os investimentos em setores prioritários.

Questionado sobre pontos específicos da reforma da Previdência, Genoíno afirmou que, em uma avaliação sobre as manifestações dos presentes durante a reunião, o DN se mostra favorável às aposentadorias integrais para os

atuais servidores públicos — com a mudança no tempo de carreira dos atuais 10 para 20 anos de serviço —, mais do que em relação à paridade de benefícios entre ativos e inativos.

O dirigente petista ressaltou ainda que a resolução do DN permite às bancadas que negociem alterações no método de cálculo dos benefícios e nas regras de transição para os atuais servidores, especialmente no sentido de beneficiar os baixos salários.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (SP), disse que o fechamento de questão em relação à espinha dorsal da reforma da Previdência foi positivo, já que permite a continuidade do processo de negociação no Congresso para questões específicas. “Uma resolução que permite a continuação das negociações é sempre bom”, afirmou.

Nos últimos dias têm ocorrido discussões sobre as reformas da Previdência e tributária, que tramitam no momento em comissões especiais da Câmara. A decisão final, porém, deverá depender da avaliação dos 27 governadores de Estado, que apóiam a proposta atual em acordo com o governo federal.

Já o deputado federal Chico Alencar (RJ) discordou da decisão do DN. “Entendemos que a decisão engessa o processo de negociação e, de alguma maneira, desautoriza que nossos líderes continuem negociando. Eles que estavam caminhando em discussões com servidores, sindicatos etc. O que nos resta é tentar reformar as reformas”, disse.

Governo Lula

Para Genoíno, é evidente que as mudanças no país já começaram, em especial com relação à política externa e nas ações sociais, como o programa Fome Zero, na segurança pública, com a implantação do Sisp (Sistema Único de Segurança Pública) em vários Estados, e na gestão fiscal.

“Na campanha nos acusaram de que seríamos irresponsáveis, mas nós mostramos que somos mais fiscalmente responsáveis que o governo anterior”, enfatizou o presidente do PT, destacando que as mudanças são um processo. “Nosso programa para o Brasil é para quatro anos”.

Ele afirmou que os principais debates durante a reunião do DN versaram sobre os rumos futuros da economia, destacando que não houve discordância sobre os resultados exitosos obtidos pela política econômica no primeiro semestre de 2003. No entanto, Genoíno destacou que “ainda precisamos desatar alguns nós”, como a retomada do crescimento e a melhoria dos marcos regulatórios, ambos abordados na resolução.

RETA FINAL O petista José Pimentel (no destaque) lê o relatório da reforma da Previdência no plenário da Câmara, com modificações negociadas entre Congresso, governo e Estados. Leia mais na pág. 7



Nota rebate críticas ao governo

O presidente nacional do PT, José Genoíno, divulgou no dia 18 uma nota pública sobre as críticas feitas pela direção do PSDB aos seis primeiros meses de governo Lula. Genoíno lembra que Lula herdou uma situação sócio-econômica crítica que começa a solucionar, apesar das limitações orçamentárias deste ano. O presidente do PT também avaliou que as críticas dos tucanos são produto de um partido que ainda está desorientado no seu novo papel de oposição. Leia a íntegra:

Nota Pública

O PSDB esquece sua responsabilidade

O PSDB emitiu uma nota dura de avaliação dos seis primeiros meses do governo Lula. O PT respeita o direito do PSDB de fazer oposição e de criticar o governo, mas discorda de forma veemente do teor e dos termos da avaliação do documento, pelas seguintes razões:

1 - O PSDB apressou-se em fazer uma avaliação por escrito e crítica aos seis primeiros meses do governo Lula, mas, até hoje, ao que se sabe, não emitiu nenhuma avaliação dos oito anos de mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

2 - O governo do PSDB deixou uma agenda inconclusa para o país: não foi capaz e não reuniu as condições políticas para realizar as reformas

da Previdência e Tributária, tarefas que agora têm que ser vencidas pelo governo Lula.

3 - Qualquer pessoa minimamente informada sabe que o desempenho econômico de um país é resultado dos investimentos do ano anterior. Assim, o fraco desempenho da atividade econômica de 2003 é resultado direto dos investimentos e das condições econômicas de 2002, quando o PSDB era governo. O Brasil deverá crescer em 2003, cerca de 1,5%, consoante à média de crescimento medíocre dos últimos 10 anos, que abrangem a era tucana.

4 - O governo Lula herdou do governo anterior uma inflação em alta, uma taxa de juros básica de 25%, risco-país de 2.400 pontos, relação dívida/PIB de 57% e o dólar a R\$ 3,5. Em apenas seis meses a inflação está em queda, o risco-Brasil caiu para menos de 800 pontos, o câmbio está estabilizado em cerca de R\$ 2,8, a relação dívida/PIB caiu para 53% e os juros começaram a cair. O governo Lula teve que agir para estancar e reverter a crise herdada, restabelecendo a credibilidade e a confiança do país. O novo governo foi obrigado a agir condicionado pela realidade negativa, deixada por oito anos de governo do PSDB. Há que se enfatizar também que o governo Lula herdou um Orçamento que permite investimentos quase nulos.

5 - A agenda do governo Lula é a agenda do desenvolvimento, com a criação de emprego e distribuição de renda, do desenvolvimento do mercado interno, do incremento das exportações, da modernização tecnológica, da eficiência e inovação produtivas, do combate à exclusão social, do aprofundamento da democracia e da inserção soberana do Brasil no contexto internacional. Esta agenda é muito diversa da agenda neoliberal tucana, que aprofundou nossa dependência externa e desnacionalizou nossas empresas, quebrou a produção nacional e gerou estagnação e desemprego, efeitos perversos que se refletem até hoje na economia. O governo está tomando medidas para aumentar os investimentos públicos, principalmente em infraestrutura, está criando a confiança para atrair investimentos privados e estrangeiros, está buscando remediar o desastroso sistema regulatório herdado do governo anterior e está potencializando o crédito e favorecendo a diminuição dos juros bancários. Estas medidas deverão se traduzir em crescimento da economia, do emprego e da renda nos próximos anos, superando o ciclo do baixo crescimento dos últimos dez anos.

6 - Sem deixar de lutar por universalização de direitos, com igualdade e equidade, principalmente nas áreas da

saúde, educação e seguridade social, o governo Lula também adota políticas sociais específicas e focalizadas para combater a fome e a pobreza, para distribuir renda, para suplantando o analfabetismo e para fazer a reforma agrária. O governo anterior, além de deteriorar os direitos universais, não adotou medidas significativas para superar as condições de pobreza e exclusão de milhões de brasileiros.

7 - A nota do PSDB resvala na adjetivação, na presunção, no açodamento, demonstrando que o partido ainda está desorientado no seu novo papel de oposição. O PSDB não pode se esquecer que passou por um julgamento recente nas urnas e que teve sua atuação de oito anos de governo reprovada pelo eleitorado. Seria bom para o PSDB, para a democracia e para o país se os juízos fossem mais cautelosos, menos apressados e mais responsáveis. O governo Lula encontra dificuldades, é certo, erra algumas vezes, também é certo. Mas, até agora, os acertos foram muito maiores do que os erros. O Brasil só superará suas imensas dificuldades se cada agente político agir com seriedade, seriedade e responsabilidade. Estes critérios devem balizar tanto o comportamento do governo, quanto o da oposição.

José Genoíno,
presidente nacional do PT

OPINIÃO

A urgência da reforma agrária

José Genoíno*

O recrudescimento de invasões de terras e o crescimento do número de acampamentos sinalizam para a necessidade de se imprimir velocidade na implementação da reforma agrária. O aumento das pressões por parte dos movimentos dos sem terra é consequência de dois fatores: o crescimento de demanda por terra de camponeses e famílias pobres que vivem na periferia das grandes cidades e as expectativas desencadeadas pela eleição do presidente Lula.

Quanto ao primeiro fator, o problema é histórico. Enquanto a maioria dos países resolveu os problemas de distribuição de terras ainda no século XIX, o Brasil atravessou o século XX sem resolvê-lo. Quanto ao segundo fator, não resta dúvida de que o governo Lula está determinado em promover uma ampla e pacífica reforma agrária. O movimento social, no entanto, precisa perceber que a demora dos trâmites legais nas desapropriações e a escassez de recursos são limitadores da velocidade com que a reforma agrária deveria andar.

Diante dessa limitação imposta pela realidade, a única saída racional e politicamente correta consiste em o governo e o movimento negociarem uma agenda realista de assentamentos. Essa agenda deveria tam-

“A ÚNICA SAÍDA CONSISTE EM GOVERNO E MOVIMENTO NEGOCIAREM UMA AGENDA REALISTA DE ASSENTAMENTOS”

bém hierarquizar prioridades, medidas, regiões e acampamentos. A agenda negociada poderia funcionar como um mecanismo regulador do movimento e como parâmetro para que ele pudesse cobrar devidamente o governo. Em contrapartida, o movimento deveria comprometer-se em agir dentro da lei, evitando a invasão de propriedades produtivas e de prédios públicos, de pedágios. Sem dúvida, um acordo de tal magnitude permitiria diminuir sensivelmente a tensão no campo. O Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público também deveriam ser chamados para celebrar esse acordo com o Executivo e os movimentos dos sem-terra.

A questão da reforma agrária precisa ser focalizada como um problema de

acesso a um direito e como uma questão relacionada ao desenvolvimento do país, não como uma questão ideológica relacionada a modelos de Estado e sociedade. Com essa focalização, sustentamos que o Brasil comporta vários modelos de agricultura. A pluralidade desses modelos abrange a pequena propriedade (agricultura familiar), os assentamentos da reforma agrária, formas cooperativas de produção e o agronegócio. Seria desastroso para o Brasil questionar ou tentar limitar o caráter plural de modelos de exploração da agricultura. Cairiam os investimentos e a eficiência produtiva, com graves repercussões negativas sobre as exportações.

O Brasil, graças aos avanços conseguidos na agroindústria, se tornou



uma potência competitiva e exportadora nessa área. Reconhecida e preservada essa conquista, cabe reconhecer também que o país tem uma dívida histórica com o problema da democratização do acesso à terra. Nesse sentido, o poder público tem a obrigação de adotar medidas pró-ativas e encaminhar soluções para os acampados, para aqueles que reivindicam terra e para aqueles que não conseguem ingressar no sistema

de agricultura competitiva. Recursos, financiamentos, créditos e apoio social e técnico são os meios para superar esse déficit histórico do Brasil.

Os movimentos sociais e entidades como a Contag, o MST e o movimento pela agricultura familiar têm desempenhado um papel decisivo para alavancar soluções para o conflito fundiário do país. Na medida em que hoje o poder público dispõe de vários instrumen-

tos legais para promover uma reforma agrária ampla e pacífica e somando-se o fato de que o governo Lula tem a vontade política de realizá-la, o Brasil agrega todas as condições para fugir do dilema “ou reforma agrária fora da lei, ou manutenção do status quo no campo”. Na verdade, o conflito se localiza muito mais na forma do que no conteúdo da reforma agrária. Até mesmo porque uma ampla maioria da sociedade compreende e apoia a realização da reforma. Trata-se, portanto, de encontrar recursos e soluções adequadas por parte do governo e meios de pressão legais e legítimos por parte do movimento.

Para o PT, a realização de uma reforma agrária ampla e pacífica é um compromisso irrenunciável. Compromisso que nasceu com o Partido. Por isso, a direção do PT está comprometida com a negociação, com a busca do entendimento e de soluções para viabilizar a reforma agrária com a maior urgência possível. Somente a realização da reforma agrária acabará com o triste espetáculo dos acampamentos às margens das estradas e com as legiões de famintos se deslocando de um município para outro. A realização da reforma agrária é, também, condição imprescindível para conquistar a paz no campo.

* Presidente nacional do PT

Moção pede libertação de líder dos sem-terra

O Diretório Nacional do PT aprovou moção pela libertação do dirigente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) José Rainha Jr., preso no dia 11 em Teodoro Sampaio (SP). Na reunião do DN, também foi prestada homenagem a dois sem-terra mortos no Maranhão. Leia o texto da moção:

to da moção:

Moção pela Libertação de José Rainha

O Diretório Nacional do PT protesta contra a detenção do militante do Movimento Sem Terra da região do Pontal do Paranapanema, José Rainha Jr., nesta sexta-feira, à véspera da ceri-

mônia, na próxima segunda-feira, de comemoração dos 13 anos de luta dos sem-terra na região.

O DN considera esta uma verdadeira provocação com a legítima luta dos trabalhadores sem terra, mais uma tentativa de se contrapor à vontade expressa de 53 milhões de que realizem as

mudanças necessárias — como a reforma agrária —, compromisso reafirmado pelo novo governo.

O DN envidará todos os esforços para a imediata libertação de José Rainha, de modo a estabelecer a paz no campo e apoiar a realização do processo de reforma agrária.

Lula em Londres

Marcos Rolim*

Encontrei com Lula em Londres, no domingo pela manhã, quando ele inaugurou um pequeno e bonito pavilhão de Niemeyer na Serpentine Gallery, em pleno Hyde Park. Na segunda, assisti sua palestra na London School of Economics (LSE), em um auditório de 1.400 lugares cujas reservas haviam se esgotado quase um mês atrás.

Fazia muito calor quando Anthony Giddens, um dos mais respeitados intelectuais europeus e diretor da LSE, abriu a “lecture” apresentando “Mr. da Silva” e resumindo, em cinco minutos, a trajetória de Lula. Antes de passar a palavra ao presidente do Brasil, Giddens virou-se para a platéia e disse: “Estão vendo essas lágrimas que correm pelo meu rosto? Bem, há

“ELE FOI PERFEITO EM SUA PALESTRA NA LONDON SCHOOL OF ECONOMICS E PARECEU ESTAR NA MELHOR FORMA”

duas razões para elas: primeiro, esta é a última atividade pública que tenho como diretor da LSE porque, após 40 anos de trabalho, estou me aposentando. Segundo, estou ao lado de um homem que deseja mudar o Brasil, mas que eu penso que poderá mudar o mundo”.

Penso que a frase de Giddens resume um tanto da expectativa que se pode encontrar nesse momento em muitos lugares do mundo. Lula é a chance pela qual gerações inteiras têm lutado e o fato dela ter sido construída em um país como o nosso exerce enorme influência sobre a América Latina, abre perspectivas para os países emergentes e

desperta vivo interesse na esquerda mundial, particularmente na Europa.

Lula foi perfeito em sua palestra e pareceu estar no melhor de sua forma. Falou sobre o início de seu governo, sobre as dificuldades que terá de enfrentar e sobre suas prioridades, mas seu discurso foi centrado no tema da política internacional — coisa para a qual não se costuma dar a menor importância no Brasil. Lula sabe que o jogo político contemporâneo é disputado na esfera internacional e quer uma nova relação do Brasil com o “primeiro mundo”.

Primeiro, trata-se de unir politicamente a América Latina e de construir mecanismos práticos de integra-



ção, a começar pela atração dos países andinos ao Mercosul. Segundo, Lula quer organizar uma espécie de “G-7 do-lado-de-cá”, com países como África do Sul, Índia e China, e vê como uma obrigação moral o desenvolvimento de intensas relações com o cont-

inente africano.

Nesse tabuleiro, Lula quer a União Européia ao seu lado para que a negociação com a Alca tenha melhores prognósticos e vai brigar para que o Brasil seja membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Para Lula, o que está

em jogo é a criação de uma nova ordem internacional em que seja possível o equilíbrio e a solidariedade, em que nenhum país possa iniciar uma guerra sem uma resolução internacional — e conflitos como os do Oriente Médio sejam prontamente resolvidos.

O que todos puderam ver em Londres, em síntese, foi um presidente do Brasil com vocação para um papel histórico. Alguém que está imbuído por uma rara determinação e cujos compromissos humanitários se confundem com sua vida. Lula foi aplaudido de pé e todos nós que estávamos ali, ingleses e brasileiros, experimentamos a estranha sensação de dividir aquele auditório com um pedaço luminoso do futuro.

* Jornalista e ex-deputado federal pelo PT-RS

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:

Visa Mastercard Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

 Sim, eu quero assinar o PTNotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino FemininoFillado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoíno

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte
Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO
Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
Rodrigo Zamprogna

FOTOS
Agência Brasil, Presidência da República e Heloisa Ballarini

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Neo Graf

Í N T E G R A

Leia o texto aprovado pelo DN

RESOLUÇÃO
POLÍTICAI - Avaliação dos
seis primeiros
meses de governo

Introdução

Os seis primeiros meses do governo Lula foram marcados pela contenção e reversão da grave crise econômica que atingiu o país em 2002, pelo resgate da credibilidade do Brasil, pela afirmação da confiança no novo governo, pela construção das condições de governabilidade e pela inauguração de um novo modo de governar. A nova administração conferiu status de assuntos de Estado a uma série de temas que eram discutidos na sociedade e abordados nas campanhas eleitorais, mas que nunca mereceram uma atenção séria dos governantes. Temas como a discriminação racial, as questões de gênero, o combate à fome e à pobreza, entre outros, revelam o compromisso inquebrantável do novo governo em promover os direitos de quem não tem direitos e a cidadania de quem não tem cidadania, projetando os marcos iniciais de uma sociedade justa, democrática e equitativa. A receptividade das novas temáticas por toda a sociedade revela que o país está disposto a apoiar a promoção das mudanças e que espera do novo governo uma liderança firme e resoluta para levar o Brasil a um novo estágio de desenvolvimento e bem estar. O governo Lula, nesses seis primeiros meses, está mostrando que veio para governar para todos, mas que hierarquiza suas ações para colocar na ordem do dia a agenda dos excluídos, a agenda dos pobres, a agenda dos trabalhadores.

Ao conter e reverter a crise, estabilizando o câmbio, reduzindo o risco-país e controlando a inflação, o governo, em poucos meses, provou que é capaz de conduzir o país, mesmo na adversidade, de forma responsável e eficiente, construindo um ambiente de confiança resultando disso a agregação de apoios sociais e políticos ao presidente Lula e a todo o governo. Os vaticínios mais pessimistas e os augúrios de fracasso foram desmentidos e desmoralizados. Sob a direção do programa vencedor nas eleições, o presidente Lula compôs um governo heterogêneo, com uma representação plural de partidos e de setores sociais. Com isso, conseguiu constituir uma maioria parlamentar, tornando possível aprovar os projetos do governo, embora a aprovação de emendas constitucionais vá depender da força política da mobilização nacional. Esta ação está se revelando decisiva para garantir a governabilidade do país e o sucesso da transição para um novo modelo de desenvolvimento.

Ao estabelecer um amplo diálogo institucional com os prefeitos e governadores, o novo governo mostra que respeita o caráter federativo do país e que sinaliza uma reapetuação mais democrática da Federação. Ao dialogar com o Congresso e com o Judiciário mostra que respeita o princípio republicano da separação e autonomia dos poderes e o Estado Democrático de



O presidente nacional do PT, José Genoino, apresenta proposta durante reunião do DN realizada em São Paulo

Direito. Ao interagir com empresários dos mais diversos setores, com sindicalistas, com ruralistas e com os sem terra, o presidente Lula lança os parâmetros de um novo modo de governar, fundados na promoção de acordos e consensos, na participação democrática da sociedade e de setores organizados e no respeito às divergências de opiniões e interesses. Ao dialogar com as bancadas dos partidos de oposição, o presidente Lula sinaliza que este governo não será o governo da prepotência, da arrogância e do menosprezo dos adversários. Ao reconhecer as debilidades do país, as dificuldades de governar e a escassez de recursos esse governo indica que governará com realismo, com humildade e sem discursos demagógicos ou medidas populistas. Mas, ao acreditar nas energias do povo e promover a organização e a participação da sociedade, o novo governo semeia as sementes da esperança que estão transformando o Brasil.

A seguir o Diretório Nacional do PT discrimina uma síntese das principais realizações do governo nesses seis primeiros meses:

1 - Nestes seis primeiros meses, o governo do presidente Lula deu os primeiros passos e criou as condições ne-

cessárias para encaminhar de forma mais sólida a transição para um novo modelo de Estado e um novo modelo de desenvolvimento econômico. Os objetivos centrais dessa transição são: a retomada do desenvolvimento com a geração de emprego e distribuição de renda, o aprofundamento da democracia com diálogo e participação social, justiça e inclusão social e inserção internacional do Brasil com a redefinição e reconstrução da soberania. O conceito de transição e os seus objetivos devem constituir a racionalidade das ações e do discurso do governo e do PT para explicitar o conteúdo, a forma e o método que sacramentam a concepção e o caráter do governo Lula.

2 - É preciso notar, no entanto, que parte importante desses seis primeiros meses foi consumida na montagem do governo e de alguns novos ministérios e secretarias, no recrutamento das equipes e na reconstrução de capacidade operacional mínima de vários ministérios e órgãos públicos que se encontrava seriamente deteriorada. A tarefa de montar um governo federal, com substituição completa de equipes e mudança de orientação e o aprendizado e assimilação das novas funções pelas equipes empossadas é

uma tarefa espinhosa, que demanda diálogo, tempo e paciência. Vencida essa etapa, o governo tem condições de imprimir, agora, a velocidade que as urgências sociais reclamam e que os enormes desafios impõem. No curto prazo, o DN indica ser necessário realizar uma ampliação significativa dos investimentos governamentais tanto nas chamadas áreas sociais, quanto na infra-estrutura.

3 - As medidas iniciais que foram adotadas com o objetivo de criar as condições para a retomada do desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda implicam a necessidade de se imprimir um choque de credibilidade para recuperar a confiança no País, na estabilidade econômica e na responsabilidade fiscal do novo governo. O resultado do choque se traduziu na queda do risco-Brasil, na estabilização cambial num nível adequado, no controle da inflação mesmo com o custo de uma elevação inicial da taxa de juros e num desempenho do superávit fiscal acima do planejado. Entretanto, e preciso levar em conta que estão em queda o nível da atividade econômica, consumo e a renda. O desemprego tem atingido níveis alarmantes. Estão em alta as falências e a inadimplência. O Ban-

co Central reduziu a expectativa de crescimento do PIB, para entre 1,5% e 1,8% em 2003. A elevada relação dívida/PIB — um dos principais pontos da nossa dependência financeira e de incapacitação para o investimento — começou a ceder, criando as condições para a contratação e financiamento da dívida pública com prazos mais alongados e prêmios de risco mais baixos. O controle da inflação e a própria deflação, que vem se verificando nos últimos dias, indicam que se reduziram os riscos de um descontrole inflacionário e que se criaram as condições para uma queda sustentada da taxa básica de juros. Não é demais frisar, no entanto, que o combate à inflação deve ser uma preocupação permanente do governo e da sociedade, principalmente se considerarmos que o Brasil constituiu por longas décadas uma cultura inflacionária que ainda se manifesta, apesar de todos os remédios amargos que foram adotados e de todas as consequências nefastas que proporcionou à economia e ao poder aquisitivo dos trabalhadores. A recuperação da confiança permitiu ainda a retomada de linhas de crédito externo para o governo e empresas, a valorização dos títulos da dívida pública e a emissão de bônus glo-

bais no mercado internacional de capitais. Entretanto em 2003, segundo as projeções do BC, o investimento estrangeiro direto deveria ficar em torno de US\$ 10 bilhões, menos da metade do investimento de 2002.

4 - Ainda em relação à retomada do desenvolvimento, o governo vem adotando uma série de medidas pró-ativas, com destaque para as seguintes: no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, além do enorme esforço exportador, com a busca de novos mercados e o incremento da exportação de produtos agroindustriais, merece menção a criação de fóruns de competitividade em vários setores visando criar eficiência, qualidade e inovação na produção. Na Agricultura, entre outras iniciativas, destacam-se o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2003/2004, com aumento real de 12% para o financiamento da safra de 2004, os Planos de Safra do Semi-Árido e da Agricultura Familiar e o incremento de mais recursos para a agricultura familiar. Já a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, uma das inovações do governo Lula, está destinando, em convênio com o BNDES, R\$ 1,5 bilhão para o setor. Na área energética, o governo está implementando um esforço explorador na produção de petróleo e gás que já vem resultando em novas descobertas e no aumento da produção desses produtos e seus derivados. Incrementou ainda investimentos em geração e transmissão de energia nas regiões Norte e Nordeste (Eletronorte); na Chesf, com a estrada em operação, em abril, da linha LT Presidente Dutra-Teresina e em Furnas, com a conclusão da linha de transmissão em circuito duplo no trecho Batatais-Ibiúna, aumentando a capacidade de intercâmbio entre os sistemas Sul e Sudeste/Centro Oeste. A definição do novo modelo energético racionalizará o investimento de recursos, adequando a expansão do setor com as necessidades estratégicas de crescimento do país e por demanda de energia. A nova política de compras e de contratações de serviços da Petrobras, que determina um percentual de conteúdo nacional nos bens comprados e serviços contratados, além de incrementar o emprego no setor, favorecerá, principalmente, o desenvolvimento da indústria naval nacional.

5 - Nos Transportes, foram destinados recursos significativos para a restauração de rodovias federais e foi lançado um plano de recuperação de estradas em âmbito nacional. No Turismo, destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Turismo; no Desenvolvimento Regional, as iniciativas para a reconstrução da Sudene em novos moldes e o redesenho dos Fundos Constitucionais de Financiamento; e no Meio Ambiente, o lançamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Mas uma das principais iniciativas para a retomada do desenvolvimento e geração de emprego diz respeito a uma série de medidas que visam facilitar o acesso e baratear o crédito para pequenas e médias empresas e para pessoas de baixa renda. O



Os líderes do PT no Senado, Tião Viana (AC), e na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), acompanham os debates

os fiscais (decorrentes de vários fatores) e a elevada relação dívida/PIB, que comporta o desembolso de elevadas quantias anuais para o pagamento dos juros da dívida. O Brasil é um dos países que paga os mais altos juros reais pelos serviços da dívida: entre 13% a 15%, contra cerca de 6% de outros países emergentes e de 2% a 3% dos países desenvolvidos. O País consome cerca de 8% a 10% do PIB com o pagamento de juros e parte importante da poupança interna é consumida para financiar as contas públicas. Para remediar esta situação é necessário produzir elevados superávits primários, visando reduzir a relação dívida/PIB e consolidar o ambiente de credibilidade e confiança para refinanciar a dívida em prazos mais longos e com prêmios de risco menores. A recomposição da poupança pública permitirá aumentar os investimentos em infra-estrutura. Registre-se que o governo vem obtendo êxito no enfrentamento desses entraves: a relação dívida/PIB caiu de 63%, no auge da crise do ano passado, para cerca de 53%, a contratação da dívida está sendo feita em prazos mais longos e com uma queda de juros de 43% para 23% nos papéis pré-fixados e a dolarização da dívida vem caindo. Mas uma solução mais estável e adequada para esses gargalos só virá no médio prazo.

21 - O quarto obstáculo para o crescimento dos investimentos e do desenvolvimento está na elevada carga tributária do País, em torno de 36% do PIB. A elevação da carga tributária, ocorrida durante os dois mandatos do governo FHC, visou não ampliar os serviços públicos, mas sim aumentar a transferência de recursos para o setor financeiro. Além de enfrentar os desequilíbrios fiscais, com uma política fiscal responsável e com as reformas, e de diminuir os gastos com juros, mediante a redução da relação dívida/PIB e do prêmio de risco, o governo precisa ampliar os investimentos e a ação do Estado, ao mesmo tempo em que otimiza seus custos, cortando gastos supérfluos, enxugando estruturas e aperfeiçoando os sistemas gerenciais. Esse esforço poderá se traduzir numa maior poupança pública, abrindo espaços para uma diminuição da carga tributária, fator que canalizará mais recursos para o investimento e a produção e para os programas sociais.

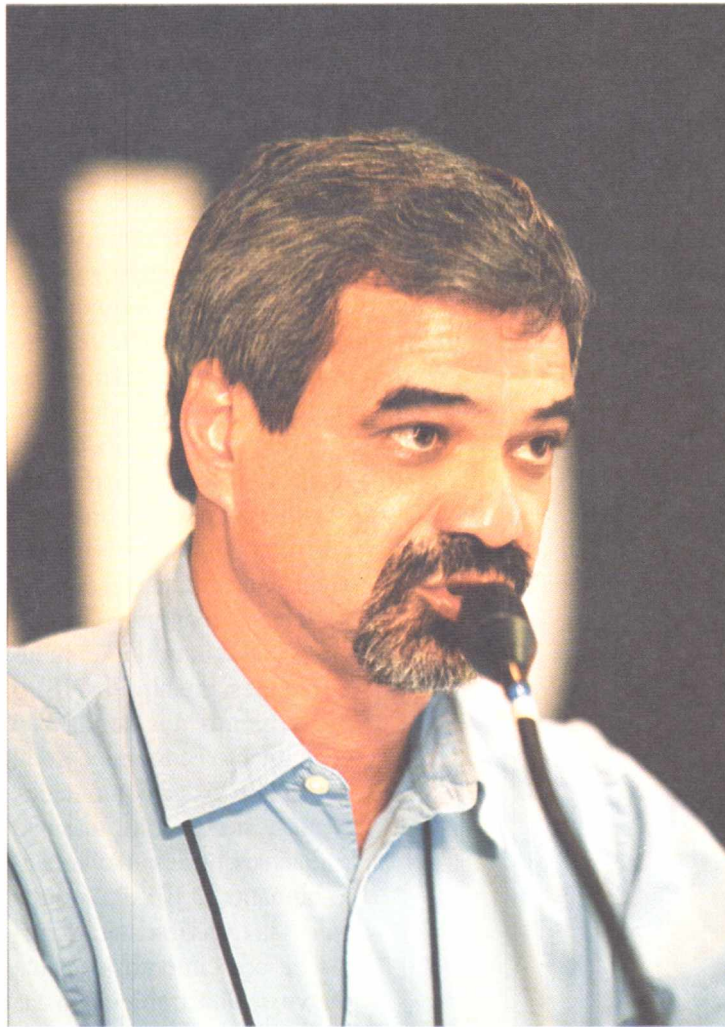
22 - Outro grande desafio que o governo precisa enfrentar para promover o desenvolvimento consiste na definição de uma política industrial. O governo já tomou a iniciativa de lançar um roteiro para uma nova política industrial. Uma política industrial consistente requer ações verticais do governo como coordenação, indução e incentivos; ações horizontais, como estabilidade jurídica, redução do custo-Brasil e adequações na carga tributária, no marco regulatório, na legislação trabalhista, no sistema normativo e investimento em infra-estrutura. A política industrial e de desenvolvimento do governo deve ter três objetivos centrais: a) promover a modernização, a inovação, a diferenciação e a competitividade produtivas, com aportes de conhecimento e tecnologia; b) promover a capacitação produtiva orientada para incrementar as exportações, tanto em termos de quantidade, quanto de qualida-

de; e, c) promover o desenvolvimento local e regional, incrementando o consumo interno de massas. A política industrial concebida em novos moldes deve ainda combater o monopólio, preservar e aperfeiçoar o ambiente de competição, evitando privilégios que facilitem ainda mais a concentração de renda e a ineficiência produtiva.

23 - A implementação de uma nova agenda de política industrial deve comportar parcerias entre os setores público e privado tendo em vista o incremento, entre outras, das seguintes medidas:

- Implantação de um programa nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), público/privado;
- Promoção da multinacionalização e internacionalização de grupos e empresas nacionais;
- Articulação estratégica entre a logística infra-estrutural e a política nacional de desenvolvimento;
- Incentivo à promoção de acordos locais, regionais e internacionais de complementaridade produtiva;
- Políticas de apoio e capacitação para o comércio exterior;
- Políticas de apoio e capacitação para a inovação produtiva, integrando os esforços públicos e privados;
- Políticas de promoção do empreendedorismo, do trabalho e da renda;
- Ação coordenada do governo federal com Estados e Municípios na viabilização de programas de extensão empresarial e formação de empreendedores e para a formação de redes de pequenas e médias empresas;
- Estímulo à criação de agências locais e regionais de desenvolvimento em parcerias com Estados, Municípios e iniciativa privada;
- Estímulo ao desenvolvimento de parcerias entre universidades e instituições públicas de pesquisa e as empresas;
- Definição de uma política de fomento e incentivos segundo as prioridades da política industrial nacional.

24 - Outro entrave do nosso desenvolvimento se deve ao reduzido nível de escolaridade da população brasileira e à péssima qualidade do ensino - dois indicadores em relação aos quais o Brasil está entre os piores do mundo, mesmo com os progressos alcançados nos últimos 30 anos. No contexto da América Latina, o Brasil se situa entre os últimos lugares no nível de escolaridade. Ou seja, os nossos jovens ficam menos tempo na escola do que os jovens da maioria dos outros países latino-americanos. Vivemos numa época em que o conhecimento vem se tornando, de forma crescente, o principal fator da produção de riqueza, de prosperidade e de renda. Assim, a baixa escolaridade e



Humberto Costa, da Saúde, faz balanço da área social

a má qualidade do ensino se tornaram condicionalidades negativas do nosso desenvolvimento. Desta forma, se é louvável e necessário o programa do governo que visa eliminar o analfabetismo de 20 milhões de jovens e adultos, os desafios do desenvolvimento e da sociedade justa indicam que o governo deve enfrentar com urgência dois outros problemas. O primeiro diz respeito à necessidade de assegurar a presença dos jovens por mais tempo na escola. Principalmente os jovens que terminam o ensino fundamental, mas que não concluem o ensino médio. O segundo implica na promoção de uma verdadeira revolução na qualidade do nosso ensino. Somente com o enfrentamento dessas debilidades o Brasil marchará de forma consistente para o desenvolvimento sustentado e com distribuição de renda, de modo a reduzir significativamente as desigualdades sociais. E para que os resultados apareçam em quatro anos de governo, essas tarefas não podem ficar para o amanhã. Paralelamente, o governo federal deve promover também, em parceria com Estados, Municípios e iniciativa privada, programas de qualificação profissional e capacitação de mão-de-obra.

25 - O desafio do crescimento precisa enfrentar também o problema do advento da Alca. Tendo em vista o cronograma de negociação da Alca, que prevê a conclusão das negociações até 2005, cabe ressaltar que prazos não podem prevalecer sobre o conteúdo. E "negociações exitosas", no caso do Brasil, significam preservar espaço para decidir de forma autônoma nossas políticas socioambientais, tecnológicas e industriais e obter melhores condições de acesso para os seto-

res em que mais somos competitivos - e que enfrentam as mais elevadas barreiras protecionistas. O PT mantém o seu entendimento de que uma adesão a esse acordo, nos termos em que está sendo proposto atualmente, representa, de fato, um aprofundamento da sua dependência externa que conduziu ao debilitamento do Estado Nacional, à desnacionalização e a fragilização de sua economia, bem como, o agravamento da questão social. No entendimento do PT, a implantação definitiva da Alca deve estar condicionada à mudança do seu atual formato e ao atendimento adequado dos interesses do Brasil e dos demais países latino-americanos. A proposta norte-americana relativa aos produtos industriais estabelece uma desoneração tarifária discriminatória em relação ao Brasil e demais países do Mercosul. Prevê uma desoneração imediata para 91% da pauta importadora oriunda dos países do Caricom, 66% para os produtos dos países da América Central, 61% para os produtos dos países andinos e apenas 58% para os países do Mercosul. Os Estados Unidos sinalizam ainda que não querem abrir mão da proteção dos chamados setores sensíveis, que não querem remover os subsídios agrícolas e os direitos antidumping, e que querem manter barreiras tarifárias e não-tarifárias para uma série de produtos. Nesse contexto, revela-se acertada a iniciativa brasileira de propor uma negociação bilateral de um acordo de livre comércio, prévia à negociação da Alca, entre os países do Mercosul e os EUA (formato 4+1), a exemplo do que os norte-americanos fizeram recentemente com o Chile. É acertada também a posição brasileira que sinaliza a negociação em

torno de regras de investimentos, compras governamentais, normas de serviços e proteção de propriedade intelectual no âmbito da OMC. O fortalecimento da integração dos países que compõem o Mercosul passa também pela integração política e cultural. É preciso avançar o debate para a implantação de organização político-representativa, o parlamento Regional.

26 - Tendo em vista a correlação de forças internacionais e o cronograma de negociação da Alca que prevê para 2005 o início de sua implantação, o PT considera necessário ampliar o debate com a sociedade brasileira a respeito dos impactos decorrentes da Área de Livre Comércio. Ao mesmo tempo, no processo de negociação ora em curso, o governo brasileiro deve continuar atuando tendo em vista a defesa dos interesses nacionais, a promoção do desenvolvimento e do emprego em nosso país. Para tal, e necessário consolidar as exigências e os interesses que pretende negociar e salvaguardar, organizar os setores produtivos que serão afetados, aprofundar o entendimento com os países do Mercosul e demais países sul-americanos. O PT entende, ainda, que é preciso considerar a possibilidade, no final das negociações de realizar um referendo popular sobre adesão a Alca, e que é preciso divulgar amplamente as consequências derivadas tanto do acordo quanto da não participação brasileira, preparando a economia para os dois cenários.

27 - Por fim, o desafio do desenvolvimento, o sucesso da transição e o triunfo dos nossos objetivos dependem da existência de condições políticas favoráveis ao governo e ao presidente Lula. Condições políticas favoráveis significam: manter altos os índices de apoio social e popular ao governo e ao presidente; manter altas as expectativas positivas em torno do governo e o nível de realização governamental; manter coesa e firme a base governista na defesa do governo e garantir a unidade de ação do PT, sua força organizativa e o respeito à pluralidade e ao direito de opinião para que seja capaz de liderar politicamente a sociedade na transição rumo aos objetivos estratégicos nacionais. O governo deve ser capaz de manter uma alta intensidade de participação e mobilização política da sociedade organizada, dialogando com os mais diversos setores sociais, pactuando compromissos, responsabilidades e soluções. As classes trabalhadoras, as camadas empobrecidas, os setores médios, a intelectualidade, o empresariado produtivo, a juventude, todos os homens e mulheres que acreditam no futuro do Brasil devem ser ouvidos pelo governo e devem ser chamados para participar desse imenso esforço para superar nossas debilidades e abrir caminhos para um futuro de progresso e bem estar social. O governo dispõe de instrumentos adequados de concertação social, de pactuação de interesses e de negociação de conflitos. Esses instrumentos precisam estar permanentemente em operação para catalisar as energias sociais. O governo precisa ser ativo para não frustrar esperanças. Por isso, pode e deve buscar soluções criativas para combater o desemprego e promover pactuações setoriais pelo emprego. Passado o momento

inicial de consolidação da nova equipe governamental, de contenção e reversão da crise e recuperação da confiança e credibilidade do país, agora chegou a hora de consolidar compromissos de caráter estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento com elevadas taxas de crescimento sustentado, com geração de emprego e distribuição de renda.

III - Resolução sobre as reformas

28 - O Diretório Nacional do PT reafirma seu apoio às reformas da Previdência e Tributária nos termos da resolução de março de 2003. A reforma da Previdência deve continuar sendo defendida como uma medida de justiça social, de sustentabilidade do sistema e pelo seu efeito fiscal. Da mesma forma, a reforma Tributária, entre outros aspectos, deve ser defendida pela racionalização que introduz, pela desoneração da produção e pelo combate à guerra fiscal. Mas ambas as reformas têm que ser defendidas também como medidas importantes para a promoção do desenvolvimento e geração de emprego. O DN, conforme tradição do PT, reafirma a legitimidade do atual movimento grevista do funcionalismo público federal e defende a continuidade das negociações com o governo federal.

29 - Quanto ao processo de votação das reformas, o Diretório Nacional a fecha a questão, estabelecendo a obrigatoriedade de voto de seus parlamentares nas PECs 40 e 41, nos termos definidos pelo governo, sem prejuízo de negociação de emendas. O PT apóia as negociações de emendas no Congresso Nacional e ao mesmo tempo orienta as bancadas para que no curso das negociações se preservem o conceito e os pontos centrais das reformas e que o sentido de eventuais mudanças protejam as aposentadorias mais baixas dos servidores. Entenda-se por conceito, no caso da reforma da Previdência, um sistema universal e público e garantido, com piso e tetos definidos; previdência complementar fechada e a cobrança dos inativos do setor público, nos termos da emenda apresentada pelo governo. O Diretório Nacional delega à Executiva e às bancadas a definição dos pontos que devem ser negociados. O Partido e as bancadas devem priorizar movimentos táticos e negociações que não contrariem o esforço de aproximação de regras entre os regimes dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada. Devem ser evitados acordos que tenham como consequência a manutenção e a promoção de discriminações negativas, que perpetuam disparidades nos regimes, fortalecendo os interesses daqueles que se encontram no topo da pirâmide do funcionalismo público.

30 - Na medida em que as reformas da Previdência e Tributária envolvem apenas questões de natureza política e técnica, o Diretório Nacional do PT entende que não se aplica, neste caso, o disposto no § 2º do Artigo 67 dos Estatutos do Partido, relativo à dispensa do cumprimento de decisão coletiva motivada por "graves objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa, ou de foro íntimo".

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores São Paulo, julho de 2003



Ricardo Berzoini, ministro da Previdência, e Waldir Pires, corregedor-geral da União

GOVERNO

Comissão analisa a Previdência

O PETISTA JOSÉ PIMENTEL LEU SEU RELATÓRIO APÓS MUDANÇAS NEGOCIADAS

O deputado José Pimentel (PT-CE) afirmou que, no relatório de 242 páginas apresentado à comissão especial da Câmara no dia 17, está mantido o objetivo de promover a justiça social na Previdência, em especial ao criar condições para que 40,7 milhões de pessoas tenham acesso ao sistema — destes, 8,2 milhões são autônomos, com mais de 18 anos e renda acima de um salário mínimo, que não têm nenhum benefício.

“Nós estamos propondo a criação de um sistema diferenciado, de contribuição com alíquota mínima sobre o salário mínimo, por um tempo reduzido, para que esse público possa ser incluído no sistema previdenciário. Estamos também propondo que 1,78 milhão de trabalhadoras domésticas, que não têm benefício algum, também possam ter os seus benefícios”, disse Pimentel.

“Temos 7,6 milhões de trabalhadores dentro de empresas sem carteira assinada. Precisamos criar as condições para que eles sejam formalizados e possam também ter os seus benefícios. O nosso objetivo é elevar dos atuais 28,3 milhões de contribuintes do Regime Geral do INSS para 40 milhões de contribuintes e, com isso, ter uma rede social muito mais ampla do que possuímos hoje”.

Negociação

O documento apresentado por Pimentel foi resultado de negociações entre o governo federal, o Congresso e os governadores estaduais, em que todos cederam um pouco em relação às suas posições originais. No entanto, a proposta ainda continuou sendo criticada pelo Judiciário, que



O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, durante reunião com governadores e parlamentares da base aliada

não quer abrir mão de várias vantagens hoje existentes, e pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), que pede teto de R\$ 4.800 para os novos servidores, entre outros itens.

Em entrevista, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, disse que o relatório “aproxima pontos de vista, dialogando com os setores dos servidores que cobravam um compromisso de paridade”, embora não satisfaça integralmente a todos. Berzoini declarou que “esta é a proposta que o governo apóia, está bem adequada e merece o apoio dos parlamentares”.

Pimentel lembrou que, durante todo o período de discussão da reforma da Previdência, viajou a 19 Estados e participou de 314 eventos para debater o tema. O texto deve começar a ser discutido no prazo de duas sessões plenárias. A próxima reunião deve ocorrer no dia 22. Confirma os principais itens da proposta:

Aposentadoria integral - O relatório de Pimentel define que, para ter direito à aposentadoria integral, os atuais servidores deverão cumprir obrigatoriamente a idade mí-

nima (60 anos para o homem e 55 para a mulher), tempo de contribuição (35 anos para homem e 30 para mulher), tempo no serviço público (20 anos, com 10 anos no cargo, para ambos). Também haverá paridade entre reajustes dos servidores ativos e inativos.

Aposentadoria proporcional - Existe em dois casos: 1) a compulsória, quando o servidor atinge 70 anos e ainda não cumpriu os requisitos acima. “Nesta situação, ele receberá proporcional ao tempo de contribuição. Estamos fazendo isso porque não queremos fixar idade máxima para concurso público”, disse Pimentel; 2) a segunda situação, explicou o relator, é a de aposentadoria proporcional para a servidora pública com 48 anos de idade, 30 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo, e o servidor público com 53 anos de idade, 35 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo. Nestas situações, os benefícios de aposentadoria serão calculados pela média de contribuição, a partir de julho de 1994, com redutor de 5% para

cada ano antecipado.

Contribuição solidária - Pimentel disse que, ao manter a faixa de isenção de R\$ 1.058 para os atuais inativos e pensionistas do setor público, estão preservados os benefícios para mais de 90% na região Norte e Nordeste e para cerca de 50% nas demais regiões — no âmbito da União, 25% ficarão isentos da contribuição. A contribuição solidária dos atuais inativos e pensionistas do setor público será de 11% sobre o que exceder os R\$ 1.058.

Teto dos benefícios - O valor máximo para aposentadoria para os atuais servidores públicos será, em valores de hoje, de R\$ 17.170, o equivalente ao salário de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) mais benefícios. Nos Estados, o subteto deverá ser equivalente a 75% do maior salário nos diferentes poderes (no Judiciário estadual, seria, por exemplo, de R\$ 12.877). Para os futuros servidores, será de R\$ 2.400, em valores de hoje, mesmo montante a ser pago aos aposentados do setor privado (que hoje recebem no máximo R\$

1.869,34). Nas pensões, os valores serão integrais até R\$ 1.058 e, parte acima disso, haverá um redutor de até 70%.

Fundo complementar - Os futuros servidores que quiserem receber acima de R\$ 2.400 poderão optar por uma previdência complementar, que será administrada por um fundo público não estatal. “Um fundo de pensão que seja uma fundação fechada, com gestão paritária, com a metade indicada pelo empregador que é a União, por exemplo, a outra metade eleita pelo funcionalismo. O orçamento deste fundo será separado do Orçamento Geral da União, para dar transparência e evitar qualquer contaminação”, disse Pimentel.

Correção

Diferentemente do que informou texto na capa do PT Notícias nº 132, na aposentadoria por idade, a maioria das do INSS, exige-se 60 anos para homens e 55 anos para mulheres no caso dos trabalhadores rurais e 65 anos para homens e 60 anos para mulheres no caso dos trabalhadores urbanos.

Relatório deve ser mantido

O líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), afirmou que o Congresso deve fazer poucas mudanças no relatório da reforma da Previdência. “Esse relatório é 99% da reforma da Previdência. Não vai mudar quase nada”, avaliou.

Ele considera que algumas reivindicações do Judiciário enfrentam limitações financeiras. “Os juízes estão reivindicando o teto de 90% do salário do STF. É uma proposta que tanto o governo como os governadores consideram muito difícil”, disse Pellegrino. Já o aumento da faixa de isenção da contribuição solidária, de R\$ 1.058 para R\$ 1.300, pedida pela CUT, poderá ser analisada.

Tributária

A apresentação do relatório da reforma tributária deve ocorrer no próximo dia 23. A expectativa é que seja realizada também uma nova reunião, no dia 22, do o ministro da Fazenda, Antônio Pallochi, e o relator da reforma na comissão especial da Câmara, Virgílio Guimarães (PT-MG).

O deputado petista disse que a proposta de reforma tributária pode sofrer alterações em função das negociações a reforma da Previdência. Segundo ele, a proposta a ser apresentada na comissão especial tem como objetivo não permitir que a reforma tributária seja feita provocando um desequilíbrio fiscal da União. Entre os pontos que são consenso estão os incentivos fiscais e a desoneração da produção.

HOMENAGEM

Petista recebe a “Medalha da Amizade” de Cuba



Clara Charf, com a “Medalha da Amizade” de Cuba

O Conselho de Estado da República de Cuba, órgão máximo do governo cubano, condecorou dez brasileiros com a “Medalha da Amizade” durante a XI Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, realizada entre os dias 19 e 21 de junho, em Brasília. Entre os homenageados está a petista Clara Charf, 78 anos, membro da coordenação da Secretaria Nacional de Mulheres e da Secretaria de Relações Internacionais do PT.

Segundo o texto do decreto assinado pelo presidente Fidel Castro, a entrega da medalha é um reconhecimento do governo cubano ao papel desempenhado pelos brasileiros “na criação e promoção de atividades a favor do Movimento de Solidariedade com Cuba, assim como na ampliação dos laços de amizade, cooperação e ajuda na divulgação de temas relacionados com a realidade de Cuba, e de luta contra as agressões imperialistas e a libertação dos nossos cinco compatriotas [cubanos presos nos EUA]”. A indicação dos nomes foi feita ao Conselho de Estado da República de

Cuba pelo Instituto Cubano de Amizade com os Povos.

Além de ser uma das homenageadas, a petista Clara Charf representou o PT na Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, da qual participaram representantes de 26 entidades de solidariedade.

Clara, militante da luta dos povos no Brasil desde 1945, morou em Cuba durante nove anos (1970-1979) como exilada política. “Tenho uma história ligada a Cuba que vem de muitos anos. Se eu pudesse, daria essa medalha ao povo cubano, que prestou e presta solidariedade aos povos da América e do mundo ao longo da história”, afirmou ela.

A petista, companheira durante 21 anos de Carlos Marighella (1911-1969), acompanhou desde o início o processo da revolução cubana de 1959, que levou Fidel Castro ao poder. Durante seu exílio, quando trabalhou como tradutora, Clara conta que teve muitas demonstrações de solidariedade por parte do povo cubano.

“Independentemente das dificuldades, de como organi-

zamos a sociedade, o povo enfrenta com muita dignidade e coragem o bloqueio a Cuba e merece toda solidariedade do povo brasileiro”, diz Clara.

Ao voltar do exílio, a militante ajudou a criar a primeira Associação Cultural José Martí, que tinha como objetivo a solidariedade a Cuba e a divulgação do conhecimento da realidade cubana. Clara também foi uma das responsáveis por organizar, pelo PT, uma delegação de 500 mulheres para o Encontro de Solidariedade das Mulheres Latino-Americanas, ocorrido em Cuba em 1997.

Hoje, na Secretaria de Relações Internacionais do PT, entre outras atribuições, Clara acompanha os bolsistas do PT que, desde 1999, estudam medicina na Escola Latino-Americana de Ciências Médicas de Cuba.

Resolução

Os 156 delegados de 10 Estados brasileiros aprovaram, durante a XI Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, uma resolução que, entre outros pontos, reafirma seu apoio incondicional ao povo cubano e ao governo revolu-

cionário daquele país.

A resolução afirma que há uma grande expectativa de que “o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, junto com os países vizinhos (...), incluam Cuba como parte das prioridades na agenda da integração latino-americana, em contraponto à tentativa dos EUA de a isolar o contexto continental e mundial”.

Ainda sobre o governo brasileiro, os delegados da Convenção registram “seu reconhecimento às iniciativas diplomáticas que o governo Lula vem fazendo no sentido de não deixar Cuba à mercê das agressões dos EUA, seja no posicionamento do nosso país no âmbito das Nações Unidas, seja na preocupação do presidente Lula em incorporar a representação cubana ao Grupo do Rio – bloco político-diplomático que reúne 19 países da América Latina e Caribe”.

Ao final, a resolução conclama todos os setores organizados da sociedade civil, partidos, sindicatos e ONGs a se manterem atentos à necessidade da solidariedade a Cuba.

INTERNACIONAL

Lula reforça políticas na Europa

O PRESIDENTE LULA ESTEVE EM PORTUGAL, NA INGLATERRA E NA ESPANHA, EM VISITAS OFICIAIS

Em sua passagem por três países europeus entre os dias 9 e 15 de julho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva colecionou elogios e plantou importantes sementes para o aperfeiçoamento da política internacional brasileira e o fortalecimento do comércio exterior. Em sua primeira viagem ao exterior com status de visita de Estado, Lula foi a Portugal, Inglaterra e Espanha.

Ao se encontrar com os chefes de Estado e de governo, o presidente reafirmou sua intenção de identificar formas inovadoras de aprofundar a parceria entre o Brasil e vários países nos campos social, econômico, comercial e científico-tecnológico.

Em Portugal, Lula lembrou dos laços de amizade secular, étnicos, culturais e linguísticos que unem brasileiros e portugueses. Para ele, tais laços abrem possibilidades para a cooperação bilateral.

O presidente português, Jorge Sampaio, por sua vez, disse que, nas relações bilaterais, Portugal e Brasil vivem hoje um excelente momento, com oportunidades de discutir projetos de desenvolvimento e consolidação das relações. “Hoje existem muitos investimentos portugueses no Brasil e desejamos também que os investimentos brasileiros em Portugal cresçam de forma significativa”, afirmou.

Lula foi homenageado por Sampaio com a mais alta condecoração portuguesa — o Grande Colar da Ordem da Liberdade. Ao explicar que a Ordem da Liberdade é destinada a distinguir serviços relevantes para a causa da democracia e da liberdade, Sampaio destacou o “combate incessante [de Lula] por um Brasil mais justo, mais próspero e mais solidário.” “É um estadista no qual milhões de brasileiros depositam as suas esperanças para alcançar uma vida melhor”, disse Sampaio.

Inglaterra

Em Londres, Lula também alcançou importantes vitórias. O presidente obteve o apoio do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, à sua ideia de criar um fundo de desenvolvimento voltado ao investimento em infra-estrutura dos países pobres.

Blair também formalizou o apoio à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). A declaração foi dada durante o encontro da Cúpula da Governança Progressista (ex-Terceira Via), do qual participou o presidente Lula e líderes mundiais de outros 13 países.

Ao discursar na conferência, Lula apresentou as reformas que seu governo pretende fazer e ouviu de Blair que elas “são compatíveis com os princípios da Governança Progressista”.

Lula também pediu aos países ricos que ajudem os mais pobres a crescerem, não com ajuda financeira, mas aplicando dinheiro no combate às doenças, na melhoria de infra-estrutura e da educação. Ele ressaltou a importância dos países em desenvolvi-

to se unirem para conseguir força e acabar com as barreiras agrícolas impostas pelos países ricos, para que seus produtos se tornem mais competitivos.

Ainda em Londres, o presidente deu uma aula pública na London School of Economics, considerada um dos principais centros de estudos econômicos e políticos do mundo. Durante sua aula, destacou as metas de seu governo e reafirmou compromissos de campanha, reiterando que o crescimento econômico, em seu governo, virá acompanhado de inclusão social e geração de renda.

Anunciou que as reformas previdenciária e tributária serão aprovadas neste ano e ressaltou que o governo se concentrará, em seguida, na estrutura sindical, na reforma política e na reforma agrária.

Lula e seus colegas Néstor Kirchner (Argentina) e Ricardo Lagos (Chile) se reuniram na capital inglesa, quando aprovaram uma reunião extraordinária do Mercosul para discutir um plano de ação específico para toda a América do Sul. Os presidentes também definiram um pacote de propostas com medidas de integração concretas que devem ser efetivadas em um prazo de 60 dias.

Espanha

Em Madri, o presidente também ganhou a simpatia de todos: da família real aos empresários mais conservadores. Lula e o premiê da Espanha, José María Aznar, estabeleceram uma aliança estratégica para desenvolver a cooperação bilateral entre Brasil e Espanha e multilateral com a União Européia (UE) e o Mercosul. Aznar anunciou uma visita ao Brasil no final de outubro, quando apresentará, junto a Lula, o plano estratégico entre os dois países.

Lula encontrou-se também com um grupo destacado de executivos de grandes conglomerados do país, a quem pediu que invistam mais no Brasil. “Não vão se arrepender de acreditar no Brasil. Farão um bom negócio”, disse Lula. “Podem ter certeza de que vamos fazer a economia brasileira voltar a crescer e que vamos fazer as políticas sociais que nosso povo tanto precisa”, assegurou.

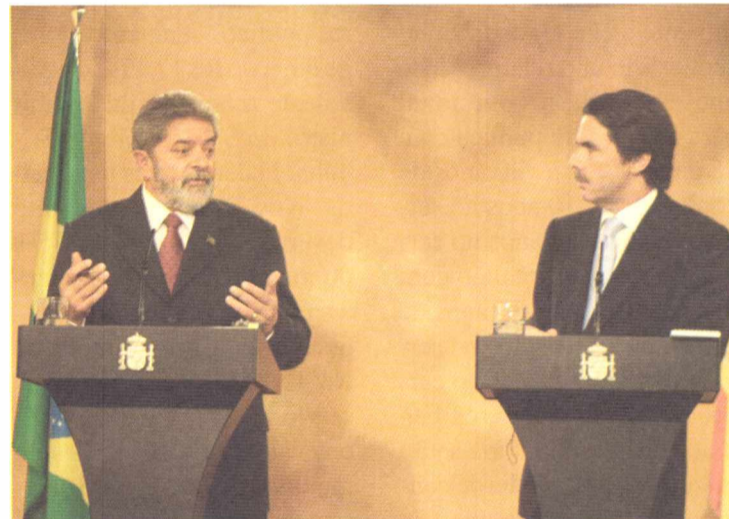
O presidente da Confederação Espanhola das Organizações Empresariais (CEOE), José Maria Cuevas, firmou um compromisso de investimentos de longo prazo dos empresários espanhóis no Brasil.

Lula também foi recebido, com honras de Estado, pelo rei Juan Carlos e esposa, rainha Sofia. Teve, ainda, audiências com o secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), José Luiz Rodríguez Zapatero, e com sindicalistas espanhóis.

O presidente se encontrou com representantes de ONGs e recebeu o prêmio Cipriano García, no Palácio Real El Pardo. O prêmio é um reconhecimento ao presidente brasileiro por sua dimensão como líder social e político, bem como ao seu empenho na luta contra a pobreza e a exclusão.



O presidente Lula faz apresentação durante aula na London School of Economics, e...



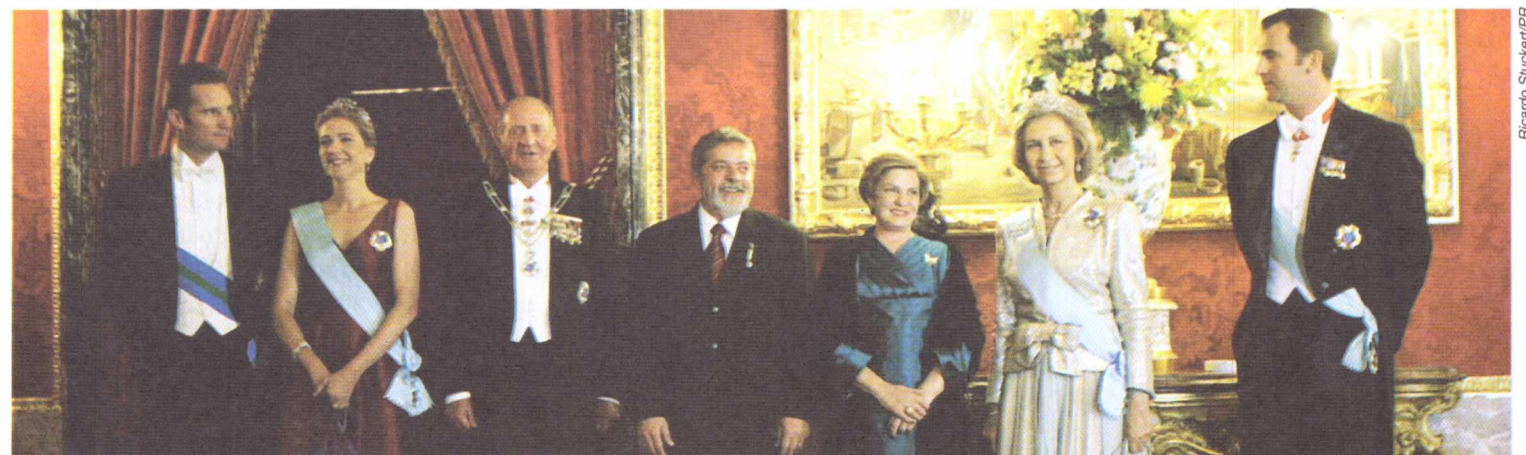
...dá entrevista com Aznar, premiê espanhol, que...



...visitou depois do premiê português, Barros Durão, e...



...o do primeiro-ministro Blair, na viagem à Europa que...



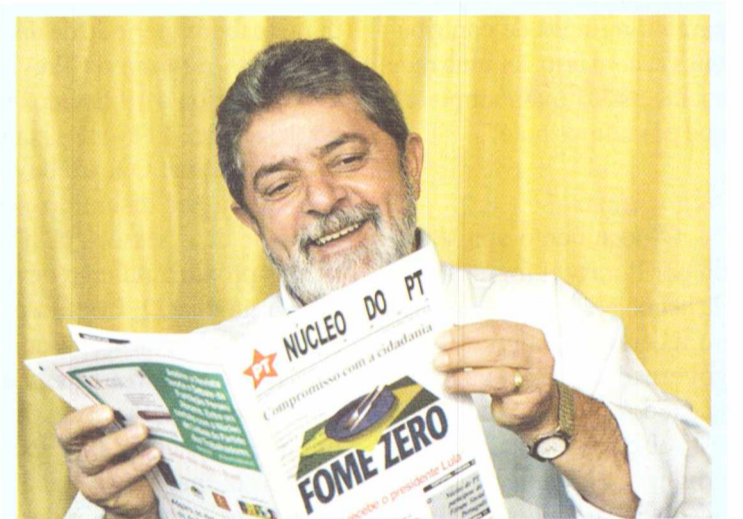
...incluiu também encontros com a família real da Espanha e a participação em um evento de gala em Madri

“Lula pode mudar o mundo”

O sociólogo Anthony Giddens, diretor da London School of Economics, afirmou em discurso, pouco antes da aula pública que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva daria na instituição, que Lula “pode mudar o mundo”. Para o sociólogo, que é considerado um dos maiores especialistas contemporâneos em teoria política, “Lula quer mudar o Brasil, mas eu seriamente penso que ele pode mudar o mundo”.

O ideólogo da Terceira Via chorou ao fazer a apresentação do presidente brasileiro. “São lágrimas de felicidade porque ninguém seria mais apropriado para encerrar a minha passagem de seis anos e meio pela universidade do que Lula”, disse Giddens, que deixa o cargo para se aposentar em setembro deste ano.

A palestra de Lula ocorreu no maior teatro da LSE, com mil lugares — ocupados, em sua maioria, por brasileiros. Outras 3.000 pessoas assistiram a aula em um telão montado em outro teatro.



Lula exhibe jornal especial do Núcleo do PT-Lisboa

Presidente recebe petistas em Lisboa

Durante a visita a Portugal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontrou-se com representantes do Núcleo do PT-Lisboa, que sugeriram a implantação de um recadastramento eleitoral permanente.

Segundo o coordenador do Núcleo do PT-Lisboa, Manoel Pereira Andrade, o recenseamento permanente abre um leque de possibilidades de o brasileiro ter mais um documento de cidadania, que é o título de eleitor.

“Quem fica em Portugal por mais de três anos precisa possuir um documento de permanência. Queremos que o consulado do Brasil seja preparado para emitir

títulos de eleitor para os brasileiros a qualquer momento”, afirmou.

Segundo Andrade, o direito de votar dará uma grande representatividade aos brasileiros, por meio das organizações não-governamentais. “Ficamos oito anos sem voz, sem representação em Portugal. A associação que falava pelos brasileiros tinha compromisso com o partido socialista”, disse.

Ainda em Lisboa, Lula assinou um acordo para a regularização da situação dos brasileiros que vivem em território português sem visto de permanência. A medida deve beneficiar cerca de 15 mil pessoas.

Fotos: Antônio Milena/ABR

Ricardo Stuckert/PTF